

[Download PDF](#)



**Agência iNFRA
iNFRAEnergia**

Brasília, 12 de março de 2025

edição 1.748

Bom dia!

Nesta edição do iNFRAEnergia: [Light](#) | [Perdas Não Técnicas](#) | [Diário Oficial](#) | [Agenda](#) | [Monitor](#) | [Fique de Olho](#) | [Clipping](#)

DIRETORIA DA ANEEL DIVERGE E REAJUSTE TARIFÁRIO DA LIGHT É ADIADO

Marisa Wanzeller e Geraldo Campos Jr., da Agência iNFRA

A decisão da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) sobre o RTA (Reajuste Tarifário Anual) da Light foi adiada após o diretor Ricardo Tili pedir vista do processo nesta terça-feira (11). O colegiado não chegou a um consenso quanto ao valor do diferimento a ser considerado no cálculo das tarifas da distribuidora para o próximo ciclo, uma vez que os cálculos indicam redução tarifária neste ano.

Foram apresentadas duas propostas. O relator, diretor Fernando Mosna, [votou](#) por incorporar um diferimento integral de R\$ 1,6 bilhão para o próximo ciclo. Desta forma, o reajuste tarifário da distribuidora neste ano seria próximo a zero, com uma redução média de 0,6%. Assim, seria criado um colchão para evitar um aumento projetado atualmente na ordem de 9,9% em 2026.

Já a diretora substituta Ludimila Lima apresentou um voto-vista para um diferimento parcial de R\$ 893,2 milhões, metade do valor integral proposto pelo relator, com efeito médio de redução de 5,76% aos consumidores.

A distribuidora apresentou pleito para que as tarifas atuais sejam mantidas, com o excedente a ser cobrado sendo computado no diferimento em 2026. A empresa argumenta que assim é possível evitar volatilidade na tarifa e, ainda, que o pedido vai em linha com entendimento anterior da ANEEL, que concedeu diferimento no reajuste da Copel em junho de 2024.

Por outro lado, os técnicos da ANEEL **recomendaram** reajuste com efeito médio de redução de 11,96%. O principal motivo para a queda é o fim do contrato com a térmica Norte Fluminense, que tinha contrato bilateral com a Light desde 2021.

Data-base

Os processos tarifários da Light têm como data-base 15 de março. Isso significa que, caso fosse aprovado nesta terça-feira (11), o reajuste seria aplicado a partir do próximo sábado. No entanto, como houve o pedido de vista do diretor Ricardo Tili, a distribuidora ficará sem ter tarifas vigorando a partir da data, o que pode resultar em consequências financeiras para a concessionária em caso de demora.

Ricardo Tili afirmou à imprensa após a reunião que acredita ser possível que o processo volte à pauta na próxima terça-feira (18). Ele justificou o pedido de vista para entender melhor os cálculos sobre o diferimento. Quando for aprovado o processo, as novas tarifas serão aplicadas de forma retroativa a 15 de março.

Episódio similar aconteceu no caso da CEA Equatorial, distribuidora de energia do Amapá, em 2023. A concessionária tinha direito a uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária) no final daquele ano, mas a tarifa só foi aprovada em março de 2024. Durante este período, a empresa teve dificuldades pela falta de uma tarifa vigente e ficou sem repasses de fundos setoriais como a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

"Caminho no meio"

A diretora substituta Ludimila Lima disse concordar com a premissa de evitar volatilidade na tarifa, mas considera que seria possível encontrar um "caminho no meio" para o diferimento.

"Eu me alinho com a sua preocupação (...) mas eu tenho algumas dúvidas se a gente não teria um caminho no meio", manifestou. "Reduzir 0% e ter um sinal de -15% , eu não consigo enxergar que a gente está mantendo o espírito de reduzir a volatilidade", disse a diretora.

Ludimila entende que o diferimento total solicitado somente evita volatilidade se "os impactos hoje hipotéticos efetivamente se concretizarem", dentre eles o julgamento que está no âmbito do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a devolução de valores cobrados de PIS/Cofins pelas distribuidoras aos consumidores.

"Trata-se de caso ainda em julgamento, cujo resultado ainda é incerto, bem como seus reais efeitos nas tarifas dos consumidores", afirmou Ludimila. O diretor Tili lembrou, no entanto, que já há maioria de seis votos dos ministros do Supremo a favor da devolução aos consumidores.

A diretora substituta também mencionou a CP (Consulta Pública) 8/2025, em curso na agência, cuja nota técnica de abertura apresenta critérios objetivos para aplicar diferimentos e evitar volatilidade tarifária.

O diretor Fernando Mosna, no entanto, considera que o reajuste de 2025 é uma oportunidade de criar um “colchão” para eventuais novidades para os reajustes dos próximos anos. Para ele, seria equivocado usar neste processo um entendimento que ainda passa por consulta pública na agência, para regulamentar as regras de diferimento.

“Eu não busquei ver qualquer outro tipo de caminho intermediário porque, se fosse um caminho intermediário, pra mim, ele seria arbitrário, porque essa nota técnica (de abertura da CP 8/2025) não é regra, e, de acordo com os precedentes da agência, nós não usamos argumentos de ordem técnica de abertura de CP para direcionar todo e qualquer tipo de encaminhamento da diretoria. O que eu fiz foi entender que nós temos critérios objetivos ainda que passíveis de aprimoramento”, disse.

ANEEL INCLUI GERAÇÃO DISTRIBUÍDA NO CÁLCULO DE PERDAS NÃO TÉCNICAS DAS DISTRIBUIDORAS

Marisa Wanzeller e Geraldo Campos Jr., da Agência INFRA

A diretoria da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou nesta terça-feira (11) regra que considera a energia injetada na rede via MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) no cálculo de perdas não técnicas das distribuidoras. O aprimoramento da regulação aumenta os limites de perdas das empresas e terá impacto nos reajustes tarifários das concessionárias.

Conforme a proposta aprovada por unanimidade, a partir de agora, o cálculo será feito com base no mercado medido das distribuidoras (que passou nos relógios medidores). Até então, esse cálculo era feito com base no mercado faturado, que considera aspectos comerciais como cobranças retroativas, créditos e disponibilidade.

Com o crescimento da geração distribuída nos últimos anos, as áreas técnicas da ANEEL identificaram vantagens em mudar o modelo para o mercado medido para calcular a compra de energia das distribuidoras. A relação entre o mercado faturado e o medido se alterou após a inserção de MMGD, o que impactou a necessidade da compra de energia pelas concessionárias.

Sem impacto retroativo

A relatora do processo, diretora Agnes Costa, apresentou seguindo o entendimento da área técnica para que o novo cálculo seja aplicado a partir dos processos tarifários de 2025. A maioria das distribuidoras tinha solicitado que a nova regra retroagisse até 2023, o que resultaria em um

reconhecimento ainda maior de perdas.

Agnes afirmou que, por se tratar de um aprimoramento da regulação, a regra só poderia ser aplicada daqui em diante. No caso da Enel Rio, a única que já teve reajuste tarifário aprovado neste ano, deliberado nesta terça-feira, a aplicação se dará a partir do processo de 2026, mas incorporando os efeitos deste ano, de forma a gerar um componente financeiro.

Energia requerida

A MMGD também passa a ser considerada para o cálculo de energia requerida, uma vez que ela diminui a necessidade de compra de energia pelas distribuidoras. Segundo técnicos, dessa forma, o custo para o consumidor tende a ser menor.

Atualmente, os efeitos da MMGD no cálculo da energia requerida eram considerados nas perdas técnicas (energia perdida devido à condição dos cabos e equipamentos de transporte da energia) e, com a proposta, passam a ser considerados também nas perdas não técnicas (furtos e fraudes de energia elétrica), que será calculada com base no mercado de baixa tensão medido.



Leilão de Energia Nova - do MME (Ministério de Minas e Energia) estabelece a sistemática a ser aplicada na realização do Leilão de Energia Nova "A-5" de 2025, para contratação de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração.

Consulta pública - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) até o dia 8 de abril o prazo para contribuições à Consulta Pública 8/2024, que trata da minuta de resolução normativa voltada para a implementação de ações para aumentar a satisfação do consumidor com a prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

Operação - da ANEEL autorizam o início da operação de unidades geradoras localizadas em Encruzilhada do Sul (RS) e São Joaquim (SC).

Regimento interno ANP - da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) altera Portaria 265/2020, que estabelece o regimento interno da agência.

Reidi - da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis aprova o enquadramento no Reidi do projeto "CH4 Energia", da empresa CH4 Energia S.A. O projeto trata de uma usina de biometano com aproveitamento de biogás do aterro sanitário da Macaúbas Meio

Ambiente, em Sabará (MG), com capacidade instalada de produção de 72.000 Nm³/d de biometano.

Nomeação - Fábila Mara Felipe Belezi
junto à ANEEL.

subprocuradora-geral na Procuradoria Federal

Nomeação 2 - Ana Cláudia Cirino dos Santos
Técnica dos Serviços de Energia Elétrica da ANEEL.

superintendente adjunta de Fiscalização

AGENDA

Lula, de manhã - O presidente da República reúne-se, às 9h, com o ministro da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira, e o secretário de Imprensa, Laércio Portela. Às 9h30, conversa com o secretário especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Marcos Rogério de Souza. Às 10h, encontra-se com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e, às 11h, participa da cerimônia de lançamento do programa "Crédito do Trabalhador".

Lula, à tarde - Às 15h, comparece à solenidade de posse da ministra Maria Elizabeth Guimarães no cargo de presidente do STM (Superior Tribunal Militar) e do ministro Francisco Joseli nos cargos de vice-presidente e de corregedor da Justiça Militar da União. Às 16h30, reúne-se com o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Beto Simonetti, e, às 17h, com o assessor-chefe adjunto de sua assessoria, Audo Faleiro.

Alexandre Silveira - O ministro de Minas e Energia não tinha compromissos oficiais divulgados na agenda de hoje (12) até o fechamento desta edição.

Fernando Haddad - O ministro da Fazenda reúne-se, às 9h30, com Marco Pollo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil. Às 11h, participa da cerimônia de lançamento do programa "Crédito do Trabalhador".

Câmara - A Câmara dos Deputados realiza sessão deliberativa, às 13h55. Até o fechamento desta edição, não havia destaques para o setor. Acesse a pauta completa [neste link](#).

Senado - O Senado Federal realiza sessão deliberativa, às 14h. Até o fechamento desta edição, não havia destaques para o setor. Acesse a pauta completa [neste link](#).

Reunião CCJ - A CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) do Senado realiza reunião extraordinária, às 9h. Na [pauta](#), destaque para o [PL \(Projeto de Lei\) 4.872/2024](#), que propõe aumento de penas para furto, roubo e receptação de fios, cabos e equipamentos de energia elétrica e

telecomunicações.

STJ - A Primeira Seção do STJ (Superior Tribunal de Justiça) pode julgar, às 14h, a legitimidade passiva nas ações sobre legalidade de regulamentos referentes a cotas da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). Acesse a pauta [neste link](#).

Tarifas da Neoenergia PE - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) realiza [audiência pública](#), às 9h, em Recife (PE), para discutir a revisão tarifária de 2025 da Neoenergia Pernambuco Distribuidora de Energia, a vigorar a partir de 29 de abril.

Conferência Datagro - Acontece entre hoje (12) e quinta-feira (13), em Ribeirão Preto (SP), a Conferência Datagro Abertura de Safra Cana, Açúcar e Etanol. Durante a programação, que marca o início do planejamento anual do setor sucroenergético brasileiro, serão apresentadas análises dos resultados da safra 2024/25 e projeções para a próxima, além de discussões sobre diversificação do uso de biocombustíveis. A abertura do evento conta com a participação do deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), entre outras autoridades. Confira mais informações [neste link](#).

Oferta e demanda - O Hotel Windsor Barra, no Rio de Janeiro, sedia hoje (12), a partir das 8h, o Workshop PSR/CanalEnergia. A programação discutirá o tema "Energia à vista e a prazo: equilibrando oferta e demanda com Brasil, mundo e clima em transformação". Confira a programação completa [neste link](#).



TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Não houve movimentação entre as propostas legislativas de interesse do setor que são acompanhadas pelo INFRAMonitor.

NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS

Não houve apresentação de propostas legislativas relevantes para o setor.



FIQUE DE OLHO

Sandoval Feitosa na CI - A CI (Comissão de Serviços de Infraestrutura) do Senado aprovou nesta terça-feira (11) dois requerimentos para convidar o diretor-geral da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), Sandoval Feitosa, e o diretor-executivo da CEA Equatorial, Augusto Dantas Borges, a prestarem esclarecimentos sobre o reajuste tarifário de 2024 da distribuidora de energia do Amapá. O presidente da CI, senador Marcos Rogério (PL-RO), afirmou ainda que nas próximas semanas pretende convidar para comparecer ao colegiado todos os diretores-presidentes das agências reguladoras dos setores de energia e infraestrutura.

Presidência da Abraceel - O ex-CEO da Eletrobras e presidente do Conselho de Administração da Matrix Energia, Wilson Ferreira Jr., foi eleito nesta terça-feira (11) para o cargo de presidente do Conselho de Administração da Abraceel (Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia) para o biênio 2025-2027. Além de Ferreira Jr., o novo conselho passa a ser composto pelos vice-presidentes Alessandro de Brito Cunha (BC Energia), Daniela Alcaro (Stima), Eduardo Diniz (Auren), Leandro Issao (Reenergisa), Luiz Fernando Vianna (Delta), Paulo Tarso (Galp) e Pedro Kurbhi (Comerc), e pelo conselheiro independente Reginaldo Medeiros (RAD Energia).

Investimentos - O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participou, nesta terça-feira (11), da inauguração do centro de desenvolvimento de produtos de mobilidade híbrida-flex da Stellantis em Betim, Minas Gerais, ao lado do presidente Lula. Na ocasião, Silveira enfatizou que serão investidos R\$ 30 bilhões até 2030 em mobilidade sustentável, etanol, híbrido-flex e SAF (combustível sustentável de aviação). Saiba mais [neste link](#). Silveira também compareceu à [cerimônia de inauguração](#) do novo "laminador de bobinas a quente" da empresa Gerdau Brasil em Ouro Branco (MG).

Tarifas da Enel RJ - A ANEEL aprovou, em reunião de diretoria nesta terça-feira (11), o reajuste tarifário da Enel Distribuição Rio. Os consumidores residenciais terão aumento de 1,29%, a partir do próximo sábado (15). O mercado de alta tensão terá redução de 3,35%. Confira os novos índices [neste link](#).

Ratings da Equatorial - A S&P Global Ratings atribuiu rating 'brAA+' à emissão de debêntures da Equatorial S.A., no valor de R\$ 1,5 bilhão. Os recursos serão usados para pré-pagamento de parte das notas comerciais, que somavam R\$ 3,33 bilhões no terceiro trimestre de 2024, relacionadas à compra de 15% da Sabesp. Acesse a íntegra do relatório [neste link](#).

Auditoria da Brava Energia - A Brava Energia [informou](#), nesta terça-feira (11), que seu Conselho de Administração aprovou a contratação da EY (Ernst & Young) para a auditoria independente das demonstrações financeiras da companhia, substituindo a KPMG. O serviço começará com a revisão das informações trimestrais do primeiro trimestre de 2025.

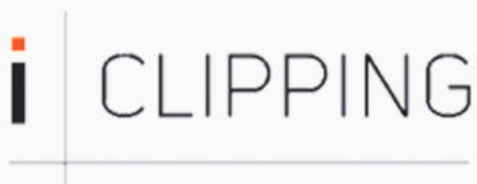
Energia renovável - A Neoenergia firmou acordo com o Esporte Clube Bahia SAF para fornecer energia elétrica 100% renovável via mercado livre. Segundo a companhia, a parceria reduzirá em até 35% os custos mensais de energia no centro de treinamento do clube, e a estimativa é que a economia chegue a R\$ 2,2 milhões nos próximos cinco anos.

Minerais estratégicos - O MME participou, nesta terça-feira (11), da Conferência Internacional sobre Cadeia de Valor de Minerais Estratégicos para Transição Energética e Descarbonização, no Rio de Janeiro. Na ocasião, o secretário Thiago Barral relembrou que em 2022, na reunião ministerial da IEA (Agência Internacional de Energia), os membros concordaram em incluir minerais estratégicos como pilar da segurança energética global. Mais informações [neste link](#).

Certificação de carbono - O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima anunciaram, nesta terça-feira (11), a abertura de consulta pública sobre a certificação de carbono no Brasil. As propostas podem ser enviadas até 25 de abril por meio [deste link](#). Saiba mais [aqui](#).

Preços de combustíveis - A EPE (Empresa de Pesquisa Energética) lançou uma nova edição do caderno sobre a formação dos preços de combustíveis, atualizando as alíquotas de tributos federais e estaduais vigentes em fevereiro de 2025. Acesse a íntegra [neste link](#).

Equidade de gênero - O MME (Ministério de Minas e Energia) lançou a Ouvidoria da Mulher, canal interno para atender servidoras, terceirizadas e estagiárias em questões de equidade de gênero e combate à violência. Mais informações [neste link](#).



Movimento é feito em meio a preocupações do governo com inflação. (Folha de S. Paulo)

Ministério de Minas e Energia se posiciona contra vincular a renovação de concessões de energia ao pagamento de multas por má prestação de serviços. (UOL)

Inicialmente, a previsão era de que a disputa ocorresse em junho deste ano. (Valor)

Medida vale para a hidrelétrica de Belo Monte, mas poderá ser aplicada em outros casos semelhantes. (Valor)

Reajuste do preço da energia elétrica começa a valer no sábado. (O Globo)

Sugestão de ministro é insensata. Em vez disso, governo deveria agir para cortar subsídios sem sentido. (O Globo - Editorial)

Órgão aprovou plano da petroleira de limpar navio que deve ser usado na Foz do Amazonas. (Valor)

Resultados negativos da distribuidora de combustíveis arrastaram sua controladora, a Cosan, que registrou prejuízo bilionário no quatro trimestre. (Folha de S. Paulo)

Instituto concedeu à Petrobras autorização para limpeza da sonda designada para perfuração da Foz do Amazonas; o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, comemorou. (Valor)

Imposto Seletivo na extração de bens minerais destinados à exportação afetará competitividade do petróleo nacional e trará reflexos negativos na balança comercial. (Folha de S.Paulo - Coluna Roberto Ardenghy)



A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, [entre em contato](#).

O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia** é destinado a assinantes. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviço da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.

Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço **infrajornalismo@agenciainfra.com** em seus contatos.

Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.

Imagens:

–

Artes:

–

Equipe Agência iNFRA

Sócios-Diretores: Dimmi Amora e Leila Coimbra

Editores: Luana Dorigon, Paula Melissa e Rodrigo Zuquim

Analista: Marisa Wanzeller

Repórteres: Geraldo Campos Jr., Marília Sena e Sheyla Santos

Colaborador: Felipe Moura

Gerente comercial: Joyce Rodrigues

Administração: Paula de Lima

+55 (61) 3247-5841

www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

